



TRABALHO: atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria marxista.

Meyriana Bezerra Leite ¹

Jamile de Lima Santos ²

RESUMO: Compreender o trabalho na contemporaneidade requer percebê-lo em sua essência como atividade imprescindível a existência humana, já que possibilita o desenvolvimento multilateral do homem, ao que Marx denomina “riqueza humana”³. Entretanto, o trabalho, na configuração capitalista, nega as potencialidades libertadoras, baseando-se nos processos de alienação e exploração.

Palavras-chaves: trabalho; exploração; alienação; marxismo;

ABSTRACT: Understanding work in contemporary perceives it requires at its core activity as essential to human existence, since it enables the development of multilateral man, what Marx calls "human wealth". However, work in capitalist setup, denies the liberating possibilities, based on the processes of alienation and exploitation.

Keywords: work; alienation; exploitation; marxism

¹ Especialista. Universidade Estadual do Ceará – UECE. meyrileite@hotmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará – UECE. jmyle@hotmail.com

³ Para Marx, “riqueza humana” seria o pleno desenvolvimento do controle do homem sobre o meio (natureza) e sobre si mesmo, o que só é possível a partir do trabalho em seu caráter original, ou seja, como atividade emancipatória humana.



1. INTRODUÇÃO

O Trabalho na sociedade capitalista remete à exploração da força de trabalho como geradora de valor acima do necessário a sua (re) produção. O caráter geral dos processos de vida política, social e espiritual é determinado pelo modo de produção na vida material. É a existência do homem que determina sua consciência, sendo esta a primeira característica abordada. Esta consciência é percebida na capacidade teleológica humana que incide sobre trabalho. Ou seja, o homem possui a faculdade de planejar e antecipar subjetivamente os processos que levarão a execução de atividades de trabalho. Desta forma, o homem se apresenta como ser diferenciado dos demais animais por sua capacidade primeira de esquematizar em seu consciente aquilo que ainda não existe.

Outros aspectos referentes à teoria marxista são a mais-valia e a alienação do trabalho. Para Marx, a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho. Ele afirma que o valor de uma mercadoria consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Neste ponto surge a teoria da mais-valia: consistente na diferença entre o que a mercadoria força de trabalho produz valor além do necessário para sua reprodução. Em outros termos, a mercadoria força de trabalho produz valor além do necessário para reproduzi-la. O salário é o preço pago ao trabalhador pelo uso de sua força de trabalho. No entanto essa mercadoria produz mais que o salário pago ao trabalhador. Esse valor extra produzido é apropriado pelo capitalista, gerando, assim, a exploração do trabalho. Esta é a base de manutenção da relação antagônica capital x trabalho.

A partir da apropriação e acumulação do excedente produzido pelo capitalista é que surge o processo de alienação. Tal processo inicia-se no espaço das indústrias, estendendo-se aos vários âmbitos da atividade social humana, acarretando o não reconhecimento do trabalhador como parte explorada que sustenta o capital, como sujeito transformado em mercadoria. Pelo contrário, a tendência do processo alienativo é fazer com que o trabalhador se veja como proprietário de sua força de trabalho. Esta percepção limitada é conseguida em decorrência de estratégias como a unilateralidade das atividades e a divisão técnica do trabalho, que permitem ao trabalhador somente o entendimento dos processos cotidianos, empíricos e isolados.

De início, analisaremos o trabalho como fator diferenciador do homem dos demais seres vivos e como elemento fundante do caráter ontológico humano. Em seguida, faremos



uma breve consideração a respeito do trabalho no sistema capitalista sob a teoria da mais-valia marxiana, além de uma simples exposição acerca do trabalho alienado sob a lógica do capital e, por fim, abordaremos alguns elementos do trabalho à luz da contemporaneidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Trabalho: atividade vital do homem

A natureza é constituída por três esferas: a inorgânica, a orgânica e a social. A primeira dá base ao universo e independe das outras duas. A esfera orgânica é caracterizada pela presença da atividade vital - que compreende a condição de carência do ser vivo, a capacidade de reprodução e o metabolismo biológico- a qual é responsável pela relação do ser vivo com a natureza. Na esfera social, o homem se diferencia das demais espécies, pelo caráter transformador de sua ação interventiva na natureza, pois a atividade vital dos demais seres é de caráter instintivo-adaptativo.

Considerando a ação transformadora do homem, define-se trabalho como a atividade vital responsável pela relação deste com a natureza, sendo assim, o fundamento ontológico do surgimento do homem, pois o mesmo produz trabalho de forma consciente e planejada (teleologia) de acordo com suas necessidades.

A característica teleológica do homem se traduz pela sua capacidade de planejamento, ou seja, de idealizar o objeto, antes de torná-lo matéria. Assim, o homem se afasta dos demais animais, à medida que suas ações tomam um caráter intencional, cuja finalidade é a concretização do que foi, antecipadamente, planejado.

Para que o trabalho se realize, deve ser mediado por instrumentos que facilitem a manipulação dos elementos naturais. Assim como, o trabalho é meio de transformação da natureza, é, também, instrumento de transformação do homem, já que ao modificar a natureza, o homem se auto-modifica numa relação dialética, em que: quanto mais o homem desenvolve sua ação intencional sobre a natureza, mais se distancia dela. Assim se refere Marx, em O Capital, sobre essa relação dialética:

Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele [o homem] e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX 1867 apud ANTUNES, 2004, p.36)



Para que os resultados do trabalho sejam expressos é necessário um sistema de comunicação em que a linguagem articulada é condição para o aprendizado do trabalho. Assim, o desenvolvimento do trabalho implica nas formas de linguagem, através da complexificação das relações sociais. A partir daí, constata-se que a origem da linguagem advém do trabalho.

Até esse momento foi exposto o sentido positivo do trabalho como responsável pela formação do gênero humano, do desenvolvimento das relações sociais, assim como da linguagem e da cultura. A partir de então, o sentido negativo do trabalho será relacionado com a organização do sistema capitalista.

2.2. O trabalho apreendido sob a lógica capitalista.

No sistema capitalista o trabalho aparece como atividade dividida e combinada, resultando da atividade coletiva humana sob o viés da cooperação social. O sistema capitalista se vale da exploração do trabalho como forma de aquisição de lucro. Essa exploração se dá ao longo da jornada, quando esta é desdobrada em duas partes: primeira, o tempo de trabalho necessário para a produção do valor suficiente para a manutenção de vida do trabalhador, correspondente ao salário; segunda, o tempo de trabalho excedente, caracterizado pela produção da mais-valia.

Como no modo de produção capitalista os trabalhadores são desprovidos dos meios de produção e lhes resta vender sua força de trabalho, o capital a utiliza como principal elemento gerador de valores, transformando-a em mercadoria. Devido a força de trabalho ser capaz de criar o valor necessário à sua própria reprodução e, ainda, gerar valor ao produzir outras mercadorias. Desta capacidade da força de trabalho de criar valor acima do necessário no processo (re)produtivo, obtém-se a mais-valia, fonte geradora de lucro apropriada pelo capital. Em *O capital*, Marx afirma que o “processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago. (MARX apud ANTUNES, 2004, p.164)

Resumindo, destacamos alguns pontos da teoria da mais-valia de Marx:

- O sistema capitalista se ocupa da produção e venda de mercadorias;
- O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução;



- O trabalhador é desprovido dos meios de produção, assim, para viver, ele tem que vender sua única mercadoria: sua força de trabalho;
- O valor da força de trabalho, como de qualquer mercadoria é dado pelo valor necessário para manter o trabalhador vivo;
- O trabalhador gera mais valor que o recebido no salário;
- O restante produzido pelo trabalhador é apropriado pelo capitalista;
- A diferença entre o que o trabalhador produz e o que recebe em seu salário é a mais-valia;
- A mais-valia revela o nível de exploração do trabalho no sistema capitalista.

A exploração do trabalho pelos capitalistas se vale da alienação do trabalhador no processo produtivo. Assunto a ser discutido no tópico seguinte.

2.3. Trabalho e alienação

Para Marx, a alienação se manifesta na vida real do homem, na maneira pela qual, a partir da divisão do trabalho, o produto do seu trabalho deixa de lhe pertencer. Todo o resto é decorrência disso. O surgimento do capitalismo determinou a intensificação da procura do lucro e confinou o operário à fábrica, retirando dele a posse do produto. Mas não é apenas o produto que deixa de lhe pertencer. Ele próprio abandona o centro de si mesmo. Não escolhe o salário – embora isso lhe pareça ficticiamente como resultado de um contrato livre –, não escolhe o horário nem o ritmo de trabalho e passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele. Ocorre então o que Marx chama de fetichismo da mercadoria e reificação do trabalhador.

Dessa forma, Konder (2009) endossa o pensamento de Marx, quando diz:

A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume, claramente, as características da reificação, com o esmagamento das qualidades humanas e individuais do trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em mercadoria (KONDER, 2009. p.130)

Assim, o autor diz que o modo de produção capitalista distorce os significados das relações sociais, quando coisifica o homem, transformando sua própria força de trabalho, em mercadoria e centralizando o consumo como mantenedor da lógica capital. Para isso, o sistema capitalista supervaloriza a aquisição da mercadoria, atrelando-se a ela a satisfação de necessidades humanas, mesmo que efêmeras, dispondo de estratégias que incidem, sobre as mercadorias um certo encantamento, seguido de alienação. Esta configura-se



pela não compreensão do trabalhador acerca da totalidade do processo de produção da mercadoria, em decorrência da divisão sócio-técnica do trabalho, assim como a fetichização da mercadoria que desvaloriza a participação do trabalhador nos processos produtivos.

O fetichismo é o processo pelo qual a mercadoria, ser inanimado, é considerada como se tivesse vida, fazendo com que os valores de troca se tornem superiores aos valores de uso e determinem as relações entre os homens, e não vice-versa. Ou seja, a relação entre os produtores não aparece como sendo relação entre eles próprios (relação humana), mas entre os produtos do seu trabalho. Por exemplo, as relações não são entre alfaiate e carpinteiro, mas entre casaco e mesa. A mercadoria adquire valor superior ao homem, pois privilegiam-se as relações entre coisas, que vão definir relações materiais entre pessoas. Com isso, a mercadoria assume formas abstratas (o dinheiro, o capital) que, em vez de serem intermediárias entre indivíduos, convertem-se em realidades soberanas e tirânicas. Em consequência, a "humanização" da mercadoria leva à desumanização do homem, à sua coisificação, à *reificação* (do latim *res*, "coisa"), sendo o próprio homem transformado em mercadoria (sua força de trabalho tem um preço no mercado).

2.4. O processo de trabalho na contemporaneidade

O processo de produção contemporâneo sob a égide do capitalismo financeiro é marcado pela acumulação flexível, iniciada na década de 70, com movimentos de reestruturação produtiva e ajuste sócio-político. Baseada na flexibilidade do mercado e do processo de trabalho, a acumulação flexível caracteriza-se pelas novidades tecnológicas dos setores de produção, pela inovação nos serviços financeiros, pela nova organização comercial e geopolítica mundial e pelo inédito e crescente processo de valorização do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Harvey chama atenção para o movimento de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista a partir desse regime de acumulação.que se molda de acordo com as exigências do mercado.

O controle do trabalho na acumulação flexível é favorável ao capitalista. A desarticulação dos sindicatos, o aumento do desemprego estrutural, a exigência de trabalhadores polivalentes e maleáveis às necessidades do mercado, os pequenos ganhos salariais, o aumento da competição e a grande quantidade de mão-de-obra excedente são fatores que deixam os trabalhadores, relativamente, impossibilitados de reagirem às pressões dos empregadores. Daí decorre a flexibilização dos acordos trabalhistas e uma



forte tendência ao ataque dos direitos sociais e do trabalho garantidos pela luta da classe trabalhadora desde o século XIX. Diante desse quadro os movimentos sociais sofrem um processo de cooptação, já que as novas formas de emprego de mão-de-obra fragmentam o poder de organização da classe trabalhadora. O paternalismo e a cooperação passam a guiar o modo de controle do trabalho. O trabalho doméstico-familiar, os empregos parciais, informais, terceirizados e as subcontratações, são expressões da precarização do trabalho e inibem as manifestações reivindicativas da classe trabalhadora como tal. Essa configuração dos processos de trabalho é fundamental para o sustento do regime de acumulação flexível, ao mesmo tempo em que esta abre espaço para tais condições de trabalho.

A classe trabalhadora ganha um perfil expandido, assim caracterizado por Antunes (2005):

Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, part-time, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva. (ANTUNES, 2005, p.52).

Vale ressaltar, à luz de Iamamoto (2008), que a mundialização da economia proporciona as mais diversas formas precarizadas de trabalho contemporâneo, caracterizadas pelo:

(...)alargamento da jornada de trabalho, acoplado a intensificação do trabalho, estimulada pelas formas participativas de gestão voltadas a capturar o consentimento passivo do trabalhador às estratégias de elevação da produtividade e de rentabilidade empresarial. A redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra (IAMAMOTO, 2008, p. 118-119)

Estas formas de trabalho precarizado fazem com que os sujeitos não se reconheçam no processo de trabalho ou, até mesmo, não consigam ter acesso ao que produziram, além de fortalecer a relação contraditória e antagônica entre capital x trabalho, descaracterizando a origem deste como propiciador da capacidade emancipatória do homem. Essa reconfiguração dos processos de trabalho é fundamental para o sustento do regime de acumulação flexível, ao mesmo tempo, em que esta abre espaço para tais condições de trabalho.



3. CONCLUSÃO

Após esta análise percebemos que o trabalho é a condição fundamental da sociabilidade humana. Sob esta perspectiva, apresenta aspectos positivos, dentre eles o de ser mediador da relação homem-natureza, o que diferencia o homem dos demais seres. No entanto, também apresenta fatores negativos, quando, sob a lógica do capitalismo contemporâneo - que agrega diversas formas de exploração - é percebido como meio de sobrevivência ou de dominação entre os homens e não como atividade criadora e propiciadora da liberdade humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética em Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 6ª edição.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1986.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.